

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE
REALIZADA NO DIA DEZOITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS-----

----- **ATA NÚMERO DEZASSEIS**-----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e vinte e três reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, Primeira Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes
Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, José Alberto da Conceição Reis, Mário Joaquim Gomes Branco, Susana Marina Soares Paulo, David Filipe dos Santos Pinto e Vanessa Ferreira Magalhães Rebelo de Sousa. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano, Noélia do Carmo Sezões Gafanha e Daniel Jorge Viana Martins. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Carlos Roque do Rosário Rêgo e Francisco Xavier Pereira Coutinho Castel-Branco de Azevedo. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Sérgio Machado Morais de Oliveira e Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Afonso Maria da Silva Moreira. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** – Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes. -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, que justificou a sua ausência e foi substituída por Daniel Martins. -----

----- Miguel Ângelo Ribeiro Henriques, que justificou a sua ausência e foi substituído por Noémia Gafanha. -----

----- Filipe Bento Damasceno Monteiro Moreno, que justificou a sua ausência e foi substituído por Francisco Azevedo. -----

----- Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por David Pinto. -----

----- Rita Amélia de Freitas Cavaleiro Madeira, que justificou a sua ausência e foi substituída por Vanessa de Sousa. -----

----- José Leonardo Baptista Rodrigues, que justificou a sua ausência e foi substituído por Afonso Moreira. -----

----- Às vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, **o Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Pedida a palavra pelo Membro Frederico Lira, foi-lhe a mesma concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)**, no uso palavra para uma interpelação à Mesa, disse que estavam a começar mais uma Assembleia sem haver atas votadas das Assembleias anteriores. Algumas já tinham sido distribuídas e parecia estranho ainda não terem ido a votação. -----

----- Deixava essa pergunta ao Senhor Presidente da Assembleia, para saber em que data iria colocar essas atas à votação. Era altura de terem uma data para isso. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que estava a pensar agendar isso para junho, quando não houvesse a pressão de aprovação do Orçamento e Plano de Atividades. -----

----- Entrou-se de seguida no -----
----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
----- O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao único Freguês inscrito.
----- **Freguês Luis Pereira** fez a seguinte intervenção: -----
----- *“Boa noite a todos. Mais uma vez venho aqui interferir nos trabalhos da Assembleia, mas não posso deixar de fazer, até porque nós só temos direito de resposta às perguntas que colocamos e às questões que nos são respondidas na Assembleia seguinte e por isso ficaram aqui umas coisas pendentes da anterior e venho retomar a questão, tem a ver com o espaço público mais uma vez.* -----
----- *Desta vez tenho um reforço, que é de um Vogal desta Assembleia, que na página 47 da revista diz que o Parque São João de Brito situado numa zona exclusivamente a equipamentos desportivos. Ora bem, gosto muito deste texto, porque esta exclusividade não está efetivada.* -----
----- *No Parque São João de Brito, 20% da sua área está ocupada por viaturas, o que é antagónico à prática desportiva. Eu pergunto até quando é que esta situação se vai manter, até porque o Senhor Presidente aqui há uns meses disse que era uma situação transitória e ficou assim, a minha questão agora é até quando é que nós vamos ter uma situação provisória para um espaço que é exclusivamente destinado a fins desportivos. Esta é a primeira questão.* -----
----- *A segunda tem a ver com o espaço público também e com as esplanadas, com a utilização da esplanada, neste caso na Avenida Rio de Janeiro, do restaurante Atalho. Foi dito nesta Assembleia que os senhores agentes económicos têm direitos, têm direito às esplanadas e que aquele espaço estava licenciado. Isto foi dito por aí em julho e em outubro, tenho em minha posse um memorando da Polícia Municipal que diz que o estabelecimento não tem licenciamento. Ora eu pergunto, como é que o licenciamento que não tem licenciamento tem uma esplanada licenciada?* -----
----- *Isto é a mesma coisa que o Senhor Presidente passar uma autorização de condução a um trabalhador desta Junta quando esse trabalhador não tem carta de condução. A Polícia Municipal...* -----
----- *Pronto, este segundo ponto parece que traz algum alguma atrapalhação a alguém, uma vez que há uma entidade oficial e fiscalizadora que diz, eu tenho a minha posse esse memorando do Comandante da Polícia Municipal, que diz que em outubro do ano passado o estabelecimento não está licenciado. Como é que um estabelecimento não licenciado tem uma esplanada licenciada por esta Junta?* -----
----- *Parece que há aqui um abuso de poder, mas isso também deixaremos para outras etapas. Já que o direito é sempre aqui chamado para confrontar, eu só digo é que o direito tem vários direitos e em conflitos de direitos os cidadãos, os fregueses, têm que estar acima dos agentes económicos que se servem daquilo durante dez minutos para estarem lá meia dúzia de pessoas e os fregueses passam o dia todo sem poder usufruir daquele espaço onde podiam estar uns bancos, por exemplo, que as pessoas que vêm da praça, poisarem os seus sacos e poderem sentar ali naquele espaço que está ali usado durante uma hora todos os dias por cinco ou seis pessoas. Mas pronto, é um direito que lhes assiste.* -----
----- *E agora, por fim, os direitos públicos, os dinheiros públicos. Eu não sei, mas eu vi um contrato, numa instituição que gere os contratos públicos, está lá um contrato de um ano feito pela Junta de Freguesia com o Senhor Francisco Bento, o sócio-gerente da empresa, Senhor Francisco Bento, e a empresa destina-se a creches, atls e infantários.* -----
----- *Esse contrato da Junta, que com a com o IVA ronda os 100 mil euros, é para prestar apoio ao Executivo da Junta. Eu não sei se há alguma pessoa aqui que precise*

no Executivo da Junta dos serviços de creche, infantário e atl, mas essa empresa tem esse contrato assinado e é bastante. Depois temos um senhor que é fotógrafo, que assinou dois contratos com esta Junta também no valor de 100 mil euros, os dois com IVA, para tirar fotografias. São 200 mil euros da Junta. -----

----- Eu pergunto se isto não é um abuso do dinheiro público, da utilização do dinheiro Público, 100 mil euros para tirar fotografias e 100 mil euros para uma entidade que vem dar apoio. Esta registada e cuja atividade do CAI é creche, infantário e atl, que vem prestar apoio ao Executivo. -----

----- Isto para já não falar daquilo que eu já falei antes, que é a troca de Vogais da Junta de Alvalade que vão para o Areeiro e os do Areeiro que vêm para aqui prestar assessoria política, como se a assessoria política fosse algum serviço. Eu conheço assessores políticos que têm depois relatórios, intervenções, que traçam projetos, mas só por assessoria tout court não conheço nenhum. Nenhuma atividade que seja assessoria política, assessoria política natural é dos políticos, não se paga, paga-se quando há serviços prestados.” -----

----- Pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta para dar esclarecimentos, foi-lhe a mesma concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que começava pela última questão, em relação à suposta má utilização de dinheiro público. Assumia a responsabilidade e ia dizer porquê. -----

----- Primeiro, em relação ao fotógrafo, não ia só tirar fotografias, deviam ler o contrato todo. -----

----- Segundo, a Junta de Freguesia tinha várias responsabilidades, sendo que nos serviços de comunicação tinha apenas um funcionário, com a formação de web design, muito bom e competente, mas não chegava para tudo. -----

----- Na estratégia assumida politicamente e que podia ser criticada, era normal em democracia, era fundamental estabelecer com os cidadãos formas de comunicar que fossem uma mais-valia, que não fossem só propaganda, nem apenas se resumissem à produção de vários documentos, como algumas outras Juntas tinham, a dizer o que a Junta fazia ou não fazia. Isso estava mais do que documentado e mais do que acessível atualmente através das tecnologias digitais. Portanto, entendera, e assumia essa responsabilidade, que precisava de alguém que tivesse currículo internacional, que fizesse fotografia profissionalmente, porque cada vez que precisavam de um fotógrafo para umas horas, pagavam 2.000 e tal euros, por que era o preço de mercado. -----

----- Esse colaborador, para além de ter um currículo imbatível em termos internacionais, e um mestrado, para além da fotografia, fazia também vídeos, fazia toda a componente essencial de comunicação. Podia mandar o currículo do Senhor, se quisessem. Ainda por cima não tinha qualquer conotação partidária, porque nem sabia se votava em Portugal. -----

----- Quanto ao outro caso, o Senhor falou, e bem, no Francisco Bento. Era só uma questão de opção fiscal. Ele entendia que tinha mais vantagens, porque era sócio-gerente de uma empresa nessa matéria, e o País, como sabiam, não era nada manso na tributação das pessoas individuais, portanto, nos termos da Lei, como várias pessoas estavam nessas circunstâncias, apresentou faturas. -----

----- O currículo dele tinha, além de duas licenciaturas, uma em direito e outra em relações internacionais, tinha mestrado em ciências policiais e criminologia, tinha uma pós-graduação em ciências policiais e criminologia, tinha uma licenciatura em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tinha uma pós-graduação de gestão e segurança municipal, tinha uma pós-graduação em procedimento contraordenacional.

----- Se ele autorizasse, podia distribuir o currículo, mas assumia a responsabilidade de ser uma pessoa muito competente, com provas dadas e com conhecimentos académicos suficientes para aquilo que a Junta precisava. -----

----- Quanto ao Clube de Rugby de São Miguel, já dissera e ia repetir, era um projeto que não foi da iniciativa da atual Junta, mas tinham uma visão de que as coisas de interesse público e a bem da comunidade, não tinham de ter conotação de conjuntura partidária. Era o caso. -----

----- Primeiro, porque foi uma deliberação dos cidadãos, foi no orçamento participativo, em que os cidadãos de Alvalade quiseram votar e expressar a sua opinião e escolheram aquele projeto. -----

----- Depois, era um projeto que estava em curso, não havia meios financeiros para se fazer tudo num ano. Se quisessem ter informação, de uma forma racional, sem partidarismos, nem subjetividades, podiam avaliar a situação daquele terreno, antes do orçamento participativo ter sido votado e decidido pelos cidadãos. Era de facto, algo que envergonhava uma capital europeia, era um baldio mal frequentado, segundo os moradores dali, com muita frequência marginal. -----

----- Aquele projeto foi de facto, requalificar a zona, tornado-a numa zona habitável e frequentável por todas as pessoas. Além disso, era um projeto que estava em curso, não estava concluído. Havia projetos que tinham de ter os procedimentos legais normais, que estavam em estudo e análise na CML. Entretanto, era um terreno baldio e não foi autorizado pela atual Junta, foi uma situação que encontraram, mas não via prejuízo para o bem público quando num terreno que estava abandonado e baldio, que estivessem lá uns carros, que não podiam estar definitivamente. Explicaram-lhes que era uma situação temporária. Pensava haver decisões em breve sobre os projetos em curso, dos serviços responsáveis da CML, que nem sequer estavam a falar de Vereadores ou Presidentes de Câmara, era dos técnicos, que estavam nessa fase de avaliação dos projetos enviados. -----

----- Daquilo que sabia, tinha implicações a nível do urbanismo e do património, requeria pareceres técnicos e análises mais técnicas, antes de uma decisão política que não competia à Junta, era uma decisão da CML, e podiam estar de acordo ou não. O que podia dizer era, que a utilização do estacionamento não era a ideal, nem adequada aos fins para que o terreno foi concessionado, utilizados por um clube desportivo, mas todos os projetos em curso para o desenvolvimento global do projeto apresentado ainda estavam sujeitos à análise e parecer técnico da CML e posterior decisão política, que não competia à Junta. Essa era uma crítica sobre um assunto em que a Junta nem sequer tinha qualquer competência para intervir diretamente nesse projeto. -----

----- Assumiam politicamente o projeto apresentado e votado pelos cidadãos de Alvalade e que tinha vindo a ser construído. Poderiam ter tido outras soluções, não sabia, mas não se achava o dono da verdade, nem perfeito, para decidir tudo, e parecia que em termos comparativos, para o bem público, a decisão do anterior Executivo foi uma boa decisão, pelo menos correspondeu à vontade dos cidadãos e isso deveria bastar. -----

----- Podia ser criticável, suscetível de análise e fiscalização. Estavam dispostos a fazer isso, mas não seria de grande utilidade para o bem público, porque mudou uma côr política eleita pelos cidadãos, fazer tábua rasa e voltar tudo para trás, apenas porque foram outros que aprovaram esse projeto. Não pensavam assim e assumiam essa responsabilidade. -----

----- Quanto às questões da esplanada, a Junta de Freguesia no que fez, cumpriu a Lei, isso que ficasse claro. A esplanada foi sujeita a um licenciamento zero, se havia

problemas em relação ao licenciamento do estabelecimento não era a Junta de Freguesia que tinha competência. -----

----- Da informação que tinha, as entidades que fiscalizavam essas circunstâncias ainda não levantaram nenhum auto, nem qualquer processo, que pusesse em causa a legitimidade do espaço. Não podia a Junta substituir-se à polícia, nem ao tribunal. O que a Junta fez foi de acordo com as regras que podia aplicar. Se eram boas ou más..., em relação à legislação não fazia juízos de valor, era aquela que tinha de ser aplicada. -----

----- Se houvesse matéria que implicasse uma fiscalização e uma decisão contrária, as autoridades competentes, Polícia Municipal ou outras, a fiscalização da atividade económica, essas eram as únicas que tinham poder e capacidade para intervir, não era a Junta. -----

Terminado o período de intervenção do Público, o Senhor Presidente da Assembleia entrou no -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que havia uma quantidade razoável de moções e recomendações e a Mesa tomou a posição de os enquadrar em quatro grupos. O primeiro, até pela sua especificidade, era apreciar o voto de pesar. Completamente diferente de todos os outros e justificava-se. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** apresentou o seguinte documento:-----

Voto de Pesar-----

“-----*Pelo falecimento de António Cartaxo*-----

----- *A freguesia de Alvalade perdeu um grande e ilustre cidadão. Apoiante e candidato da CDU, residia no Bairro das Estacas.* -----

----- *Perdeu um democrata, um antifascista que durante a passagem pela BBC passava notícias sobre a situação que se vivia em Portugal durante a ditadura e donde foi afastado após o 25 de Abril.*-----

----- *Foi um homem de cultura, com uma actividade multifacetada. Foi professor universitário, escritor premiado e musicólogo. Foi nessa faceta que se tornou conhecido dos portugueses através de programas radiofónicos e televisivos. Apresentador e realizador de programas de música clássica, a “grande música” como gostava de caracterizar a música erudita, que explicava de forma didática, inteligente e divertida.* -----

----- *Apesar da qualidade e do reconhecimento da obra desenvolvida ao longo da sua vida de trabalho, era um homem que se caracterizava pela humildade com que falava de si e da sua Obra.*-----

----- *A Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em 18/04/2023, manifesta o seu pesar pela morte de António Cartaxo.* -----

----- *Os eleitos da CDU* -----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar “Pelo falecimento de António Cartaxo”**, apresentado pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Nuno Lopes. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** apresentou o seguinte documento:-----

Recomendação-----

“----- *De repúdio aos comportamentos antidemocráticos e intimidatórios na comissão eventual para a transparência e prevenção de riscos de corrupção.* -----

-----*Exmos Membros da Assembleia de Freguesia de Alvalade*-----

----- *O Movimento de Cidadãos Independentes Mudar Alvalade vem apresentar esta recomendação.* -----
 ----- *O Movimento de Independentes Mudar Alvalade (MIMA) tem o dever de propor uma recomendação de repúdio aos comportamentos antidemocráticos e intimidatórios praticados pelo vogal José Ferreira na Comissão Eventual para a Transparência e Prevenção de Riscos de Corrupção.* -----
 ----- *Esta recomendação alicerça-se no facto dos mesmos consubstanciarem um ataque à liberdade de expressão, ao direito de representação e de oposição e concomitantemente à democracia.* -----
 ----- *Os comportamentos tidos pelo vogal José Ferreira do Partido Socialista, pautaram-se por uma falta de urbanidade, decoro, e de agressividade que não nos resignamos, não compactuamos e o qual deverá ser alvo da mais absoluta censura.* -----
 ----- *Verdade seja dita, o Partido que o vogal José Ferreira representa merece-nos muito mais respeito e deve igualmente tirar as devidas ilações.* -----
 ----- *Será incompreensível para qualquer eleitor permitir comportamentos intimidatórios que limitam o direito à livre oposição democrática como os que se passaram no dia 16 de fevereiro de 2023, com a agravante de estes atos terem sido praticado contra um movimento independente e contra a única mulher presente.* -----
 ----- *A democracia celebra-se todos os dias, com o nosso comportamento, a capacidade de debate e de ouvir ideias diferentes das nossas. Não é hostilizando, interrompendo e muito menos intimidando, (relembrando que se chegou aos extremos de vociferar várias vezes e de murros na mesa).* -----
 ----- *Não deverá existir nesta assembleia, partido ou movimento que deixe passar em claro este comportamento misógino do sec. XIX, que:* -----
 ----- *Se esquece do direito à oposição;* -----
 ----- *Se esquece quem representa e porque foi eleito;* -----
 ----- *Se esquece que as instituições estão acima dos homens;* -----
 ----- *Se esquece do direito à opinião;* -----
 ----- *Intimida fisicamente e verbalmente num espaço público e enquanto representante do povo.* -----
 ----- *Caso contrário é este o exemplo que queremos dar e são estes os comportamentos aceitáveis sobretudo numa comissão para transparência?* -----
 ----- *Como até à data o MMA não recebeu nenhum pedido de desculpa vê-se obrigado a apresentar a presente recomendação de repúdio aos comportamentos antidemocráticos e intimidatórios em qualquer sessão que se venha a realizar.* -----
 ----- *Pelo Vogal da Assembleia de Freguesia Nuno Lopes, eleito pelo Movimento de Independentes Mudar Alvalade.* -----
 ----- *Lisboa, 12 de abril de 2023*----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira. ----
 ----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** apresentou os seguintes documentos: -----

-----**Proposta**-----

“-----*Melhorar o funcionamento da Assembleia de Freguesia*-----
 ----- *A Assembleia de Freguesia é um órgão de diálogo e participação muito importante para o poder local democrático. Nesta assembleia discutimos problemas e soluções de Alvalade, com a participação do executivo, dos membros da Assembleia e dos fregueses.* -----
 ----- *Deve portanto sempre ser nossa preocupação que o seu funcionamento seja o melhor possível, para que todos possam participar, para ouvir a pluralidade de opiniões e para, desta forma, aproximar os eleitos da população.* -----

----- Como forma de melhorar o funcionamento da Assembleia de Freguesia de Alvalade, propomos:-----

----- 1. Que as reuniões sejam antecipadas para as 20 horas e que seja incluído um pequeno intervalo entre pontos em altura que a mesa considere conveniente. Desta forma teremos mais tempo de debate e mais probabilidade de terminar as assembleias sem ser necessário tantas sessões subsequentes, como sucede actualmente;-----

----- 2. Enviar para os membros da Assembleia a documentação logo que esteja disponível, para permitir uma análise com mais tempo antes da Assembleia. Pedir ao executivo para ir disponibilizando os documentos à medida que vão estando disponíveis, em vez de aguardar ter a documentação de todos os pontos;-----

----- 3. Realizar Assembleias extraordinárias, descentralizadas, com pontos próprios na ordem de trabalhos, para discussão específica de assuntos pertinentes, com mais profundidade da que é possibilitada apenas com sessões ordinárias;-----

----- 4. Que sejam colocadas mesas para os membros desta assembleia com microfones, para podermos realizar um trabalho com mais condições. Actualmente o espaço que os membros dispõem é exíguo o dificulta a análise da documentação;-----

----- 5. Que seja instalado um sistema de vídeo mais moderno, para que as intervenções sejam transmitidas com mais proximidade, em vez de apenas duas únicas câmaras panorâmicas que não são apelativas para quem assiste online. Outras freguesias de Lisboa já instalaram, com sucesso, este tipo de equipamento.-----

----- Lisboa, 18 de Abril de 2023 -----
----- Pelos eleitos da CDU----- ”

----- Disse que não viam isto como fechado. Se houvesse algum ajuste necessário estavam dispostos a discutir.-----

----- Moção -----

“-----Pela aplicação do valor do suplemento de penosidade e insalubridade-----
em período de férias-----

----- O artigo 24.º da Lei n.º 75.º-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2021, prevê a atribuição de um suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional.-----

----- É conhecido que a autarquia tem vários trabalhadores que, pela natureza e organização das suas funções, auferem o suplemento de penosidade e insalubridade.---

----- Mais se acrescenta que a natureza das suas funções e respectiva organização de trabalho implica que estes trabalhadores prestem a sua actividade durante todo o ano, com a mesma forma de organização de trabalho. Apesar disto, é do conhecimento da CDU que a estes trabalhadores da autarquia não tem sido considerado o pagamento deste suplemento em período de férias.-----

----- O suplemento, tendo em conta a natureza das suas funções, é considerado doze meses por ano, impondo-se assim também o seu pagamento no próprio período de férias. Como determina a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, a remuneração do período de férias corresponde à que o trabalhador receberia se estivesse em serviço efectivo, com a excepção do subsídio de refeição, ou seja, corresponde à remuneração base, suplementos remuneratórios e prémios de desempenho.-----

----- Tendo em conta que na autarquia não está a ser pago aos trabalhadores que auferem o suplemento de penosidade e insalubridade o respectivo valor no seu período de férias, incumprindo assim a Lei e atentando contra os seus direitos, liberdades e garantias, propomos que a Assembleia de Freguesia de Alvalade, na sua reunião de 18 de Abril de 2023, delibere:-----

----- Exigir ao Executivo da Junta de Freguesia que de forma urgente reponha a legalidade, procedendo ao pagamento da remuneração do período de férias no que corresponde à remuneração dos suplementos de penosidade e insalubridade, com o pagamento dos devidos retroactivos. -----

----- Lisboa, 18 de Abril de 2023 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade ----- ”

-----**Recomendação**-----

“-----Transmissão online das reuniões do executivo -----

----- O código de conduta, aprovado a 2 de Março de 2020 tem, como medida de transparência e prevenção e detecção da corrupção, a transmissão online e em directo de todas as reuniões do executivo e da Assembleia de Freguesia. Pode ser consultado no site da freguesia -----

----- (<https://www.jf-alvalade.pt/wp-content/uploads/plano-de-prevencao-de-riscos-de-gestao-de-corrupcao-e-infracoes-conexas-jfa.pdf>), página cinco. -----

----- Esta medida, que não tem sido cumprida nas reuniões do executivo sem a presença do público, contribui para aproximar os cidadãos dos órgãos de poder autárquico e é de simples execução porque os meios técnicos já estão disponíveis. -----

----- Assim, os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade propõem que a Assembleia de Freguesia, reunida a 18 de Abril de 2023, delibere: -----

----- 1. Recomendar ao executivo a transmissão online e em directo de todas as reuniões do executivo, incluindo as sem a presença do público; -----

----- 2. Disponibilizar no site da junta o arquivo de todas as reuniões. -----

----- Lisboa, 18 de Abril de 2023 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade ----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos.

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** apresentou o seguinte documento: -----

-----**Recomendação**-----

“-----**Informação e Transparência na gestão do Património Municipal**-----

----- Considerando que: -----

----- Muito do património municipal (terrenos e edifícios com diferentes fins e em diferentes estados de conservação), fruto de decisões tomadas por sucessivos executivos ao longo de décadas, em parte está cedido, seja a título oneroso ou gratuito, a diversas entidades, associações, partidos políticos, fundações, entre outros, ou está devoluto. ---

----- Atualmente, a Assembleia Municipal de Lisboa e as respetivas Assembleias de Freguesia não têm informação atualizada e sistematizada sobre essas cedências, respetivos beneficiários, condições e prazos, nem sobre os devolutos. -----

----- No contexto atual é imperativo, mais do que nunca, garantir que todo o património municipal seja mobilizado para prossecução dos fins de interesse público a que deve estar sujeito, e que a sua gestão responda aos princípios da boa administração e da transparência. -----

----- Os serviços municipais competentes devem organizar e manter atualizadas as listagens dos diferentes imóveis. -----

----- A Iniciativa Liberal – Alvalade propõe, neste sentido, que a Assembleia de Freguesia de Alvalade, na sua reunião de 18 de abril de 2023 delibere instar a Câmara Municipal de Lisboa a: -----

----- 1. Remeter à Assembleia de Freguesia a listagem de todos os edifícios e/ou terrenos municipais que se encontrem cedidos, a qualquer título que seja, a Partidos Políticos, Associações, Fundações, IPSS, ONGs e outras entidades terceiras que se encontrem em território da Junta de Freguesia. -----

----- a) Nessa listagem constem as respetivas condições e finalidade da cedência. -----

----- b) *Que esta lista esteja publicada na página de internet da Câmara Municipal (e, por inerência, a Junta de Freguesia de Alvalade publicá-la também no seu site oficial), para que a mesma possa estar facilmente acessível a quem a queira consultar e, conseqüentemente, sujeita a um maior escrutínio.* -----

----- 2. *Remeter à Assembleia de Freguesia a listagem com a quantificação de todos os edifícios e/ou terrenos municipais que se encontrem devolutos, ou sem uso, sem qualquer georreferenciação para proteção dos referidos imóveis.* -----

----- *Alvalade, 13 de abril de 2023, Manuel Matos dos Santos* ----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Recomendação** -----

“----- *Por uma melhor comunicação dos projetos e intervenções na página da internet da Junta de Freguesia de Alvalade*-----

----- *Os fregueses de Alvalade são por vezes surpreendidos com o início de obras na sua zona ou mesmo na sua rua, devido às intervenções promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa ou pela Junta de Freguesia, pois normalmente não tomam conhecimento dos projetos aprovados na Assembleia Municipal de Lisboa ou na reunião da Câmara Municipal de Lisboa. Muitas vezes os fregueses são mesmo confrontados com notícias vindas nos jornais, rádios ou televisões, sobre projetos que serão futuramente implementados na Freguesia.* -----

----- *Acreditamos que a política de comunicação da nossa Junta de Freguesia poderia ser melhorada. Reforçar fortemente a aposta no digital, implica uma página de internet que seja moderna, interativa, com conteúdos claros e transparentes e ainda que seja capaz de comunicar diretamente com os seus fregueses.* -----

----- *Na atual página da Internet da nossa junta, vemos o que demais importante é realizado diariamente na nossa Freguesia a nível de eventos. No entanto, acreditamos que a comunicação entre a Junta de Freguesia e os seus fregueses poderia ser melhorada, revitalizada e incluída informação mais eficaz sobre o que se passa no nosso território, nomeadamente com a inclusão de uma página que informe os fregueses dos projetos que se irão realizar na Freguesia e que por isso irão transformar uma determinada zona ou de alguma forma, transformar o quotidiano dos alvaladenses.* -----

----- *Verifica-se que depois de passarmos algum tempo a navegar na página da Internet, as informações relativas a obras no espaço público são ofuscadas por outras informações tornando difícil o acesso a informação.* -----

----- *Por proposta dos eleitos do CDS-PP, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em 18 de abril de 2022, recomenda ao Executivo da Junta de Freguesia:* -----

----- 1. *Colocar na página da Internet da Junta, uma área ou um separador onde deverão ser elencados os principais projetos a decorrer atual e futuramente na Freguesia;* -----

----- 2. *Manter a referida área com informação atualizada dos projetos e intervenções, que vão sendo produzidas quer pela Junta de Freguesia, quer por outros órgãos da cidade, como a Câmara Municipal de Lisboa, e que possam manter os nossos fregueses informados sobre os objetivos de cada intervenção que já estejam aprovadas ou num futuro próximo a ser implementadas.* -----

----- *O Grupo do CDS-PP de Alvalade.* -----

----- *18 de abril de 2023* ----- ”

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que tinha pedido a palavra para apresentar um pedido de desculpas público ao Membro Teresa Claro, que se encontrava ali presente, ao “Mudar Alvalade” e a todos em geral, fazendo notar que depois da reunião do dia 16 de fevereiro tinha falado com a Membro Teresa Claro, tendo ficado com a ideia de que a situação teria ficado sanada. Claramente não ficou. -----

----- Naturalmente que repudiava a ideia de intimidação, de misoginia ou de comportamento antidemocrático, não tivera qualquer intenção de intimidar ninguém, mas sim defender a sua honra, que esteve praticamente toda a reunião a ser desafiada e ofendida com insinuações, apartes, afirmações e insistências, quando eram apresentadas explicações, muitas delas nem apresentadas por si. -----

----- Aproveitava para agradecer ao Membro Miguel Henriques do PSD, que não se encontrava presente, mas pedia que fossem portadores desse agradecimento, por muitos contributos e explicações aquando da reunião. -----

----- Lamentava o sucedido e apresentava uma vez mais as suas desculpas, com a esperança que numa próxima oportunidade pudesse ter mais paciência e ter um ambiente mais construtivo e colaborativo entre todos. -----

----- Pessoalmente, não votaria a recomendação por ser visado na mesma. Como tal sentia-se impedido, pelo que pedia essa atenção ao Senhor Presidente. -----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Nuno Lopes. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que naturalmente os pedidos de desculpas dirigidos ao “Mudar Alvalade” seriam aceites. Essa moção tinha sido entregue uma semana atrás, se o pedido de desculpas tivesse sido feito por escrito, não teriam apresentado esta moção. Isso ficava desde já bem esclarecido. Como não o fez, resolveram pôr essa questão à Assembleia. -----

----- Queria só salvaguardar uma questão e corrigir uma situação. Não foram feitas acusações contra a pessoa do Membro José Ferreira. Ouviram a gravação de voz da reunião e não iam entrar em debate, só queria defender o bom nome da pessoa que esteve a defender o “Mudar Alvalade”. -----

----- O que tinham apresentado era um conjunto de irregularidades, de documentos suspeitos e nada mais. Era esse trabalho que iriam fazer, que era para apresentar na Freguesia, mas como já foi dito, não era a sessão ideal. Em junho com certeza, o “Mudar Alvalade” iria fazer um relatório, haveria mais reuniões da comissão de transparência, e esperava que o Senhor Presidente aceitasse essas reuniões. Esperava que a ata da última reunião também fosse feita, para que não ficassem dúvidas das situações que ocorreram. -----

----- Apenas o que queriam demonstrar, era que havia um conjunto de irregularidades que ocorreram, mas não acusaram ninguém em especial. Não eram a polícia, e o que queriam demonstrar à Assembleia futuramente, era esse conjunto de irregularidades, que a Assembleia tinha de se pronunciar. -----

----- O “Mudar Alvalade” fez o seu papel na Freguesia, um levantamento de situações, em que verificaram muitos pagamentos que foram feitos irregularmente, gostassem ou não, pelo menos, pelos documentos que foram distribuídos. Muitas vezes tinham perguntado à Junta de Freguesia se não havia mais documentação, se era só isso que tinham. Pediu-se para pesquisar os e-mails, para pedirem novamente às entidades, para voltarem a enviar a documentação. -----

----- O que lhe chegou foi o que tinham apresentado, e tinham de falar sobre a documentação que a Junta de Freguesia tinha em seu poder. -----

----- Não ia estar ali a debater, mas na próxima reunião, em junho, com certeza teriam novidades. -----

----- Agradeceu o pedido de desculpas. Da sua parte eram aceites, relativamente à pessoa da Engenheira Teresa Claro teria de ser ela, mas com certeza que iria aceitar. ----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Ana Pelicano. -----

----- **Membro Ana Pelicano (PSD)** disse que os eleitos pelos “Novos Tempos” propunham à CDU, na proposta para melhorar o funcionamento da Assembleia de Freguesia, que era de toda a importância para a democracia e em especial para os fregueses, existir diálogo, principalmente sobre os temas da Freguesia, e viam com bom grado o tempo que o Senhor Presidente da Assembleia concedia para que todos se pudessem expressar, e muitas vezes para além do tempo regulamentado, tanto nos temas antes da ordem do dia, como no uso da palavra ao longo de toda a sessão. -----

----- Contudo, gostavam de propor que fosse feita a votação dos pontos 1, 2 e 3 em conjunto e depois os pontos 4 e 5 em separado. -----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Nuno Lopes. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** anunciou que, face ao pedido de desculpa, o “Mudar Alvalade” retirava a recomendação apresentada. -----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Vaz. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que queria referir-se à proposta da CDU sobre o funcionamento dos trabalhos, se haveria possibilidade de poderem votar ponto por ponto. Nalguns estava completamente de acordo, noutros não. -----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** agradeceu ao Membro Nuno Lopes a sua atitude e do “Mudar Alvalade”. -----

----- Sobre os textos das várias propostas, moções, etc., entendia que o pedido de informação do património imobiliário municipal feito pela IL era um pouco estranho, na verdade estar-se a fazer esse pedido na Assembleia de Freguesia de Alvalade, seria mais adequado fazer-se na Assembleia Municipal. O PS votaria pela abstenção. -----

----- Quanto à recomendação do CDS sobre melhoria na comunicação, dizer que o separador que pediam para ser criado, já existia. No site estava “*estamos a trabalhar para melhorar Alvalade*” e lá tinham todos os projetos que foram promovidos pela Freguesia no passado, que podia continuar a ser alimentado. O pedido do CDS era um pouco mais abrangente, embora na CML já existisse exatamente isso, e a duplicação de informação era sempre de evitar, mas podiam sempre pôr links diretos para os projetos que eram de Alvalade no site da Câmara. No fundo, para dizer que o pedido já existia, mas informação nunca era demais e votariam favoravelmente. -----

----- Nas restantes propostas o PS votaria favoravelmente. -----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos. -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que estranhava o PS abster-se em algo tão importante, o facto de terem transparência no património imobiliário pertencente à Câmara e também à Junta de Freguesia de Alvalade. Isto num momento em que a recomendação referia que devia ser o próprio site da Junta de Freguesia a declarar, de forma transparente e aberta, o património imobiliário pertencente, tanto na égide da Câmara, como da Junta de Freguesia. -----

----- Estranhava que se abstivessem num tema tão importante, mas tudo bem. -----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** agradeceu os comentários do Membro José Ferreira, mas queriam ir mais além.-----

----- Quanto à recomendação da CDU pela aplicação do valor do suplemento de penosidade e insalubridade em período de férias, o CDS iria votar contra, porque pelos pareceres todos que tinham, não era uma questão legal.-----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não ia interferir nas competências da Assembleia de Freguesia, mas apenas dar nota que não podia a Assembleia de Freguesia determinar, nos termos da Lei, a autonomia e responsabilidade da Junta de Freguesia. Eram dois órgãos completamente distintos.-----

----- Nesse sentido, qualquer que fosse a votação a incidir sobre a recomendação da transmissão online, como dizia desde o início do mandato, a Junta de Freguesia ia cumprir a Lei, como fazia o Governo e como faziam todos os órgãos executivos.-----

----- Em relação a outra matéria ali abordada, chamava a atenção que a questão do subsídio foi discutida com os sindicatos, e numa primeira análise, a Junta mostrou-se favorável a dar acolhimento a essa pretensão. No entanto, os serviços jurídicos da própria Junta de Freguesia alertaram para a ilegalidade da situação. Não satisfeitos com isso, recorreram aos sites e às informações da DGAL, da DGAEP, e todas foram unânimes em dizer que era indevido.-----

----- Mais, e aí estava o problema, se a Junta de Freguesia deliberasse num sentido contrário ao que estava previsto na Lei, os seus responsáveis e, nomeadamente o Presidente, passavam a estar sujeitos a responsabilidade penal e a ter de devolver essa quantia.-----

----- Não satisfeito, tinha ainda perguntado a vários Presidentes de Juntas de Freguesia de outros partidos, ainda nesse dia, na Assembleia Municipal. Pelas mesmas razões que estava a expressar, nenhum deles atribuía esse subsídio, assim como também, não atribuía subsídio de refeição, porque a Lei dizia claramente que era subsídio por dia, nas funções que incorriam nesse risco de penosidade e insalubridade.-----

----- Era a informação que tinham, e não se ia sobrepor aos pareceres da DGAL, nem da DGAEP, nem dos juristas que se debruçaram sobre essa matéria, e também porque, pelo que percebia, era o entendimento geral das Freguesias do Município de Lisboa.-----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira.-----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)**, no uso de palavra para pedir esclarecimentos, disse que algumas Freguesias da Cidade de Lisboa pagavam e a própria Câmara também pagava. Portanto, mantinham essa moção.-----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para dar esclarecimentos.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que também tinha colocado essa questão e o que lhe informaram era que a CML tinha isso previsto num ACT e a Junta não tinha. Mesmo assim, os juristas diziam que, mesmo essa forma podia ser atacada em tribunal, porque não tinha previsão legal, mesmo que a Câmara o fizesse.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse presumir que os trabalhadores não colocariam essa questão em tribunal. Poderia ser eventualmente o Tribunal de Contas, que esse sim o poderia fazer. Não havendo mais intervenções, submeteu à votação o **ponto 1 da Proposta “Melhorar o funcionamento da Assembleia de Freguesia”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, CDU, IL e MMA), 1 voto contra (BE) e 1 abstenção (Chega)-----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Proposta “Melhorar o funcionamento da Assembleia de Freguesia”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação o **ponto 3 da Proposta “Melhorar o funcionamento da Assembleia de Freguesia”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, CDU, BE, IL e MMA) e 1 voto contra (Chega)-----

----- Submeteu à votação o **ponto 4 da Proposta “Melhorar o funcionamento da Assembleia de Freguesia”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDU, BE, IL e Chega), 7 votos contra (PSD e CDS-PP) e 1 abstenção (MMA)-----

----- Submeteu à votação o **ponto 5 da Proposta “Melhorar o funcionamento da Assembleia de Freguesia”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDU, BE, IL e Chega), 7 votos contra (PSD e CDS-PP) e 1 abstenção (MMA)-----

----- Submeteu à votação a **Moção “Pela aplicação do valor do suplemento de penosidade e insalubridade em período de férias”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 9 votos contra (PSD, CDS-PP, IL e MMA), 9 votos a favor (PS, CDU e BE) e 1 abstenção (Chega), tendo o Senhor Presidente da Assembleia utilizado o voto de qualidade contra.-----

----- Submeteu à votação a **Recomendação “Transmissão online das reuniões do executivo”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDU, BE, IL e MMA), 7 votos contra (PSD e CDS-PP) e 1 abstenção (Chega)-----

----- Submeteu à votação a **“Recomendação “Informação e transparência na gestão do património municipal”**, apresentada pela IL, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL, Chega e MMA) e 9 abstenções (PS, CDU e BE)-----

----- Submeteu à votação a **Recomendação “Por uma melhor comunicação dos projetos e intervenções na página da internet da Junta de Freguesia de Alvalade”**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, ainda sobre o aumento do valor do subsídio de penosidade, comprometia-se perante a Assembleia de Freguesia, a pedir um parecer à única entidade que ainda não foi ouvida, das mais diretamente relacionadas com a aplicação da Lei nas autarquias locais, a CCDR de Lisboa e Vale do Tejo.-----

----- Como politicamente afirmaram aos sindicatos que estavam disponíveis, mas depois foram as informações jurídicas que impediram de tomar essa decisão, só faltava pedir o parecer à CCDR e quando tivessem esse parecer, comunicariam aos Membros da Assembleia de Freguesia.-----

----- De seguida, O Senhor Presidente da Assembleia iniciou um segundo grupo de moções, dando a palavra ao Membro Frederico Lira.-----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Saudação** -----

-----“-----25 de Abril e 1º de Maio-----

----- *A Revolução de Abril é um marco maior na história de Portugal, uma realização da vontade do povo, uma afirmação de liberdade, de emancipação social, de soberania e independência nacional.*-----

----- Ao longo de 48 anos, os trabalhadores, o povo, milhares de democratas e patriotas desenvolveram a luta de resistência antifascista, pela democracia e a liberdade.-----

----- A vitória sobre o fascismo, desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril de 1974, tornou-se possível em resultado dessa luta de resistência que juntou o movimento operário, os intelectuais, o movimento juvenil e estudantil, o movimento democrático, a luta contra a guerra colonial. -----

----- As grandes conquistas democráticas resultantes da Revolução – direitos fundamentais, incluindo a constituição de partidos políticos, o direito ao voto, o fim da censura, a liberdade de organização sindical, os direitos de manifestação e de greve; a adopção de um largo conjunto de medidas sociais, como o aumento de salários, das reformas e pensões, o alargamento do direito a 30 dias de férias pagas, a instauração de um salário mínimo nacional (SMN); os direitos das mulheres e da juventude, a igualdade e o combate às discriminações; a reforma agrária; as nacionalizações e o controlo operário; o acesso generalizado ao ensino, à saúde e à segurança social; o desenvolvimento e democratização da cultura; o fim da guerra colonial, reconhecendo o direito à independência dos povos das colónias; o poder local democrático; o desenvolvimento de uma política externa de paz e cooperação e de salvaguarda da independência e soberania nacionais – asseguraram o regime democrático, o fim do poder dos grupos monopolistas, a democratização da sociedade portuguesa, o desenvolvimento do país e a melhoria das condições de vida do povo.-----

----- Conquistas posteriormente consagradas na Constituição da República Portuguesa, aprovada e promulgada em 2 de Abril de 1976, que incorporou o acervo do processo libertador, progressista e do caminho para o desenvolvimento económico, social e cultural e de afirmação de um Portugal livre, independente e soberano. -----

----- Conquistas que se projectam no Portugal de hoje e são uma referência na construção e desenvolvimento futuro da sociedade portuguesa.-----

----- O 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador é, desde 1886, um dia de luta e resistência para todos os trabalhadores do mundo para conquistar melhores condições de trabalho. Comemorar o 49º Aniversário da Revolução de Abril é também comemorar os 49 anos do 1º de Maio -Dia Internacional do Trabalhador, dia de luta, resistência e emancipação para todos os trabalhadores. Durante o fascismo, a comemoração desta data era reprimida. -----

----- Hoje, quando avultam limitações de importantes direitos sociais, económicos e políticos, se agrava a situação económica e social, se degradam as condições de vida dos trabalhadores e do povo, se acentuam desigualdades e injustiças –, com o povo a pagar a factura dos lucros que aumentam escandalosamente –, quando aumenta o domínio económico e político do grande capital, se aprofundam opções de submissão a interesses externos fragilizando a afirmação da independência e soberania nacionais e quando, paralelamente, se multiplicam operações de branqueamento da história e natureza do fascismo, as comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio revestem-se de particular importância. -----

----- Assim, os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade propõem que a Assembleia de Freguesia, reunida a 18 de Abril de 2023, delibere: -----

----- 1. Saudar o 49º Aniversário da Revolução de Abril e do primeiro 1º de Maio em Liberdade e apelar à participação massiva nas iniciativas comemorativas; -----

----- 2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações em defesa do emprego de qualidade, da habitação, da saúde, da educação e da escola pública, das reformas e pensões, da segurança social, dos salários, do Serviço Nacional de Saúde, dos serviços públicos de transportes - direitos consagrados na Constituição de Abril;-----

----- 3. Recomendar à Junta de Freguesia que tome iniciativas próprias de celebração do 25 de Abril;-----

----- 4. Por ter a nossa freguesia uma história rica na luta pela liberdade e a democracia, antes e depois do 25 de Abril, que importa sublinhar e dar a conhecer, recomendar à Junta de Freguesia que siga a recomendação aprovada na assembleia de 25 de Junho de 2022 e crie um programa próprio de comemoração dos 50 anos do 25 de Abril. -----

----- Lisboa, 18 de Abril de 2023 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade ----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Afonso Moreira. ---

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** apresentou os seguintes documentos: -----

----- **Voto de Saudação**-----

“-----Viva o 25 de Abril-----

----- Comemoramos o quadragésimo nono aniversário do 25 de Abril de 1974, um dos momentos mais importantes da nossa história coletiva. O vinte e cinco de abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram iniciar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.-----

----- Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito à habitação. Terminou-se com a guerra e o colonialismo português. A Constituição da República consagrou as liberdades e os direitos democráticos, sociais e laborais conquistados no processo revolucionário. -----

----- As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social. -----

----- Em 2022, a inflação superou recordes de trinta anos e, em 2023, continua a crescer. As recentes notícias de um ligeiro abrandamento apenas confirmam o prolongamento da perda de poder de compra de salários e pensões. Ainda que a ritmo oscilante, os preços continuam a subir e de forma mais pronunciada nos bens alimentares. -----

----- A perda de poder de compra, o desemprego e a precariedade laboral são ataques aos direitos de quem trabalha e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. A um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o direito constitucional ao trabalho com direitos. A um salário deve corresponder uma vida digna. Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente no nosso país, privando-a de muitos dos direitos básicos que Abril nos deu. -----

----- As discriminações com base no género, na orientação sexual e nas características étnico-raciais perpetuam estereótipos, promovem a desigualdade e limitam o acesso a direitos. A prática destes atos é um obstáculo à democracia e à liberdade individual. O racismo e a xenofobia comprometem os direitos, reduzindo a cidadania daqueles que são percecionados como “outro”, debilitando a democracia. A diversidade étnico-racial da sociedade portuguesa deve ser acolhida e respeitada, garantindo a todos os cidadãos nascidos em território nacional a nacionalidade portuguesa. -----

----- As políticas de imigração criam inúmeras dificuldades aos imigrantes, que tanto contribuem para o desenvolvimento social e económico do país. Estas dificuldades são

muitas vezes potenciadoras de situações de discriminação e desigualdade, colocando-os à margem do tecido social nacional e cerceando a sua participação política, ao não lhes ser permitido, na maior parte dos casos, elegerem e serem eleitos, pedra basilar da democracia representativa que Abril instaurou. -----

----- O projeto político iniciado no 25 de Abril de 1974, alicerçado em políticas de igualdade, liberdade e fraternidade, deve continuar a ser a matriz sobre a qual tecemos a nossa vida coletiva, orientando a implementação de políticas públicas que garantam direitos iguais para todos, não deixando ninguém para trás. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em 18 de abril de 2018, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----

----- 1. Evidenciar o 49º aniversário da Revolução como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação;-----

----- 2. A remessa do teor integral da presente proposta aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Associação 25 de Abril, às Centrais Sindicais. -----

----- Representante do BE Leonardo Rodrigues” -----

Saudação

“-----Ao 1º de Maio-----

----- Há 50 anos, no 1º de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, trabalhadores e povo saíram às praças e ruas do país. Com grande coragem. Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões. Mas não desistiram. Em Lisboa, Porto, Coimbra, Marinha Grande, Alpiarça, Amadora, Espinho, Torres Novas e em muitos outros locais do país exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e desigualdades, acabar com a exploração. E lembravam o Dia Internacional do Trabalhador, as greves e as manifestações de Chicago nos EUA, pela redução da jornada de trabalho para 8 horas e que foi violentamente reprimida, com a condenação à morte de dirigentes sindicais. -----

----- Menos de um ano depois, chegou o 25 de Abril de 1974. A explosão de democracia marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: cuidados de saúde públicos, educação, habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300 escudos. Foi também após esta data que se consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como uma nova forma de organização dos trabalhadores, as Comissões de Trabalhadores (CT). -----

----- Num momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação, da não reposição de direitos retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores se têm manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação, é mais que nunca importante assinalar e valorizar o 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador. E lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade reunida em sessão ordinária em 18 de Abril de 2023, delibera: -----

----- 1. Saudar o 1º de Maio e nele a coragem de todos e todas, que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salário e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todos e todas; -----

----- 2. Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração. -----

----- Representante do BE, Leonardo Rodrigues ----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Saudação**-----

“----- Pelo 49º Aniversário do 25 de Abril e Pelo restabelecimento da Democracia Portuguesa -----

----- O CDS-PP saúda o 49º aniversário do 25 de Abril de 1974. -----

À beira de meio século desde que o Estado Novo foi deposto, aproveitamos para saudar algumas conquistas de Abril; -----

----- Saudamos a liberdade, não de alguns, mas de todos; -----

----- Saudamos um abril que nos devolveu os direitos políticos e de cidadania, que refletimos ao eleger a Assembleia Constituinte de 1975, rejeitando mais extremismos, abrindo as portas ao desenvolvimento, inalienável do pluralismo político e de ideias. --

----- Saudamos um 25 de Abril que nos trouxe a liberdade e o 25 de novembro que nos salvaguardou essa mesma liberdade quando esteve ameaçada; -----

----- Saudamos um abril em que todos são livres de pensar e de se exprimirem, sem censura, sem condenação, sem juízos de valor, sem medo de serem “cancelados” por bem-pensantes; -----

----- Saudamos a liberdade não-sectária da qual todos somos donos; -----

----- "Saudamos a internacionalização de Portugal, desde a NATO, à OCDE, à Comunidade Económica Europeia, à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, até à área do euro; e que não nos esqueçamos da internacionalização económica através da indústria e do turismo;" -----

----- Saudamos a democracia plural, liberal, talvez mais em risco hoje do que em qualquer altura desde 1974, rejeitando extremismos, populismos e a criação de falsos inimigos independentemente do quadrante político; -----

----- Saudamos o povo ucraniano, desde Fevereiro de 2022 a defender a sua liberdade contra um vizinho hostil, bélico, desejando que em breve, também encontre a sua liberdade duradoura; -----

----- Saudamos os valores que o 25 de Abril nos ensinou, rejeitando injustiça, corrupção, compadrio, segregação, e preconceito sempre que aparecerem; -----

----- Saudamos igualmente o 1 de maio que se avizinha, relembrando que um Portugal mais rico, justo e solidário só é possível com a cooperação e empenho de Estado, Parque Empresarial e Trabalhadores; -----

----- Saudamos os eleitores que nos conferiram este mandato com redobrada responsabilidade e humildade, sentido de serviço público e bem comum. -----

----- Saudamos os nossos colegas desta casa, de todos os lados do espectro político, pelo debate de ideias, com respeito um pelo outro, com maturidade, com sobriedade. --

----- Viva o 25 de Abril! -----

----- O grupo do CDS-PP de Alvalade -----

----- 18 de abril de 2023 ----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Mário Branco. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Saudação** -----

“-----“O dia inicial inteiro e limpo”-----

----- No próximo dia 25 de abril, celebramos o quadragésimo nono aniversário do golpe militar que com a adesão popular deu origem à Revolução dos Cravos, momento histórico da nossa nação e fundador da nossa democracia. -----

----- Na madrugada de 25 de Abril de 1974, inicia-se ao som da canção “E depois do adeus” de Paulo de Carvalho, filho do Bairro e artista agraciado com a medalha de honra da nossa freguesia, a preparação da saída das tropas revoltosas com o estado a que a sua pátria tinha chegado, uma pátria marcada pelo sangue de uma guerra que tinha tanto de mortífera como de injusta, de um país marcado pela falta de liberdade de expressão e de pensamento, de um país marcado pelo atraso em comparação com os restantes países da Europa, um país que se assumia orgulhosamente só, nessa solene noite saem do quartéis revoltosos ao som da canção Grândola Vila Morena, de Zeca Afonso um conjunto de homens comprometidos com o fim da guerra colonial. -----

----- Chegados a Lisboa, local onde se encontrava o poder de um regime bafiento e manchado de sangue, encontraram uma forte adesão do povo lisboeta que prontamente rumou e encheu as ruas associando-se ao derrubar de muros erguidos durante 48 anos e tornou aquilo que seria um golpe de estado numa revolução popular. -----

----- Abril deu-nos a liberdade e a democracia, mas bem sabemos que tanto a liberdade como a democracia devem ser olhados como um campo de cravos que precisa de ser cuidado hoje mais do que nunca, pois vivemos um momento histórico em que os populismos marcados pelo discurso de ódio e de exclusão voltam a ganhar força. -----

----- Este imenso Portugal como Chico Buarque o descreveu não é uma exceção e por isso mais do que nunca saudamos o 25 de Abril e todas as suas conquistas, assim reunidos em Assembleia de Freguesia a 18 de Abril de 2023, delibera-se:-----

----- A saudação a todos aqueles e suas famílias que combateram o estado novo e fizeram parte deste movimento;-----

----- A renovação de compromisso das instituições democráticas para com o desígnio da conciliação da liberdade e da igualdade indissociáveis do espírito de abril e do próprio regime democrático. -----

----- Os eleitos do Partido Socialista-----”

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Vaz. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** apresentou o seguinte documento:-----

“----- **Intervenção política sobre o 25 de Abril**-----

----- No próximo dia 25 de Abril decorrem 49 anos da data da revolução dos cravos. ---

----- Entendemos que esse momento marcante da história de Portugal trouxe inegáveis modificações à nossa sociedade, nomeadamente quanto à implementação da democracia representativa, liberdade de imprensa e liberdade de expressão. -----

----- A mudança de regime político ocorrida em 1974, por sua vez, suscitou uma maior aproximação às instituições europeias que culminou com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em Junho de 1985. -----

----- É também de realçar que a abertura democrática trouxe mais direitos às mulheres nomeadamente na universalidade do acesso à educação e na emancipação das mesmas face aos seus progenitores ou maridos. -----

----- Após todos estes anos de regime democrático importa perceber se as conquistas de Abril se traduziram numa melhoria significativa para o Povo português. -----

----- O processo de descolonização de 1975 foi e continua a ser uma ferida aberta na sociedade portuguesa porque os combatentes do ultramar, os retornados, e os portugueses nativos das províncias ultramarinas ainda sofrem com a falta de reconhecimento do seu esforço na defesa dos territórios de Portugal e quase todos se sentem defraudados, enganados, esquecidos. -----

----- *O Partido Chega não esquece nenhum!* -----
----- *É um facto que a censura presente no antigo regime, com a revolução, no seu plano mais formal, foi, e bem, erradicada. No entanto, assistimos hoje em Portugal a um controle da liberdade de expressão, seja nas Leis feitas à medida para condicionar a mesma, seja pelas “pressões partidárias” feitas sobre as redacções da imprensa, seja ainda através das entidades financiadas pelo Estado Socialista para estipular o que se pode ou não dizer, escrever, propagandear.* -----
----- *Estes montaram estruturas com quadros escolhidos no aparelho partidário, pagos a expensas dos contribuintes para monitorizar, e muitas das vezes perseguir, quem não alinha no discurso dito “politicamente correcto”, fórmula encontrada pelo fanatismo de esquerda e extrema-esquerda para estatuírem o seu condicionamento político.* -----
----- *O que são dados objectivos é que mesmo enfrentando uma guerra colonial em várias frentes, Portugal, de 1961 até 1973 cresceu em média 5,54% e desde 1974 até hoje apenas cresceu em média apenas 2% apesar dos sucessivos fundos de coesão e programas diversos europeus que têm financiado inúmeros projectos do País nas últimas décadas.*-----
----- *No índice de desenvolvimento humano ocupamos hoje a 38 posição no ranking mundial quando, à data do 25 de Abril de 1974, éramos o 23º País do Mundo.* -----
----- *A taxa de fecundidade das mulheres portuguesas tem vindo a descer de forma abrupta sobretudo nas últimas duas décadas e é hoje cerca de metade do que era em 1973.* -----
----- *Quanto à corrupção ou índice da percepção da corrupção, Portugal aparece em 33º lugar no ranking mundial, sendo que a corrupção não era tolerada nem se conhecem episódios antes do regime democrático. Poderemos estimar que infelizmente, por via dos sucessivos escândalos com que diariamente somos confrontados, com este desgoverno socialista, possamos ainda baixar mais no índice de percepção da corrupção.*-----
----- *Na educação, saúde, defesa nacional e segurança pública, as carências são cada vez maiores. Assistimos todos a uma total revolta e desmotivação, sendo notórias e visíveis as dificuldades do País para manter estes sectores a funcionar.* -----
----- *As reformas, os 30 dias para o subsídio de férias, o salário mínimo nacional, são de facto, conquistas de Abril, mas o poder de compra dos portugueses é cada vez menor e têm aumentado o número de pobres no nosso País, sem que se vislumbre qualquer alteração do paradigma ou expectativas de os nossos jovens conseguirem subir no elevador social.* -----
----- *Vivemos hoje um fenómeno muitíssimo preocupante quanto à habitação que também tem uma das suas causas a vinda descontrolada de migrantes económicos que colocam imensa pressão no mercado de arrendamento para as famílias portuguesas.* ---
----- *As autarquias locais também viram um grande incremento das suas competências mas estão fortemente endividadas e muitas não conseguem cumprir com eficácia as suas atribuições.* -----
----- *Quanto à dívida pública e ao impacto desta na gestão das finanças públicas, Portugal tinha em 1974 um record histórico de apenas 13,58% do PIB mas em 2022, com quase 50 anos de regime democrático, estava num absurdo registo de 114,7% do PIB, absolutamente insustentável, que condiciona o investimento para as gerações futuras e é revelador da faceta mais sinistra dos gastos e desperdício do socialismo.* ---
----- *O 25 de Abril foi determinante enquanto revolução e para a implantação da democracia mas a liberdade só foi definitiva e totalmente conquistada no 25 de Novembro de 1975, data essa que o Partido Chega celebra.* -----
----- *18 de Abril de 2023* -----

----- *O Eleito do Chega à Assembleia de Freguesia de Alvalade* ----- ”

----- Entrando-se na discussão e tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que o PS votaria em geral favoravelmente essas propostas. Na moção do CDS, não se reviam na totalidade do seu texto, mas reviam-se no fundamental e votariam favoravelmente. -----

----- Quanto à moção que acabaram de ouvir, nunca tinha visto uma moção de saudação do regime salazarista a respeito do 25 de Abril. Era absolutamente inenarrável, era uma moção de defesa do 24 de abril de 1974 e naturalmente votariam contra. -----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Caros Rêgo. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que o CDS votaria favoravelmente todas as saudações apresentadas em relação ao 25 de Abril e 1º de Maio. Algumas concordando com quase a totalidade do seu texto, como era o caso do PS, outras esquecendo os considerandos e lembrando apenas que eram propostas de saudação ao 25 de Abril. -----

----- Em relação à proposta do Chega queria fazer duas ou três notas e primeiro saudar o Chega por querer participar na celebração da transição democrática de Abril, apesar de forma difusa e reticente. O apanhado estatístico que fazia do antes e do depois do 25 de Abril, não era a democracia ou não democracia, só por si, que traduzia esses dados estatísticos. Gostava que tivessem aprofundado um pouco isso, uma vez que entraram por esse campo que não fazia muito sentido, como por exemplo, os dados estatísticos de assistência médica acessível a todos, a redução da taxa de analfabetismo, o acesso ao ensino superior por mais mulheres e mais homens, porque antigamente não era de acesso a todos, entre outros, como as eleições livres ou o direito às férias, ao subsídio de desemprego, etc.-----

----- Apesar disso, gostava de fazer duas referências a uma parte do texto. Referia que a apropriação da comunicação pelo estado socialista não era um legado apenas de alguns partidos de esquerda. Bastava ver o caso da jornalista Patrícia Martins de Carvalho, que durante muitos anos promoveu André Ventura no “Notícias ao Minuto”, tendo depois sido contratada como assessora de André Ventura.-----

----- De referir também, que o CDS saudava o combate constante da corrupção, aliás foi alvo da sua moção, mas a História era uma arte que devia ser analisada de forma imparcial e não por lentes ideológicas. Eram várias fontes que confirmavam os casos de corrupção do antigo regime, por exemplo o Professor Paulo Morais, quando dizia que a corrupção não era um problema da democracia e sim um problema que já vinha do tempo da ditadura. Dizia também que, quando se deu o 25 de Abril, no manifesto do programa do MFA, um dos combates que era preconizado, era o combate à corrupção. -

----- Escândalos também havia no antigo regime, bastava lembrar o famoso caso Ballet Rose. -----

----- Restava saudar o Chega por querer participar na transição democrática de Abril. ---

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que votariam contra a moção do CDS, porque mais uma vez o CDS colocava os acontecimentos do 25 de Novembro, contra revolucionários, no mesmo plano da revolução de Abril e isso desvalorizava a revolução. -----

----- Não entendia a menção à NATO, porque Portugal pertencia à NATO desde 1949, foi até uma adesão feita de mão dada entre Salazar e os outros membros, como forma de

segurar o regime ditatorial, não foi em nome de interesses democráticos, nem da liberdade. Mesmo na Constituição, defendia-se a dissolução dos blocos militares.-----

----- Sobre a moção do Chega, havia uma palavra sinistra no fim da moção e ao mesmo tempo era um contrasenso, como se sendo do Benfica, ir ali apresentar uma moção a saudar o Sporting, a falar muito da cor vermelha, que não gostava da cor verde, gostava era de águias, etc. -----

----- Isso era uma falácia, e não era participar no debate democrático. Sabia que foi feita uma menção simpática para tentar incluir, mas não era. Essa moção, não só não saudava o 25 de Abril, como toda a sua argumentação defendia o regime fascista. A revolução terminou com o regime fascista, com estrondo. -----

----- Na ditadura que o Chega tinha saudades, não era possível manifestar opiniões como tinham feito ali, discordantes, sem sofrer a ameaça de prisão, da tortura ou pior, pela atuação da PIDE, a polícia política que sustentava o regime. -----

----- Na guerra colonial, milhares de jovens portugueses morreram a combater, a defender um colonialismo que tinha os dias contados, e que mesmo as outras potências coloniais já tinham terminado. -----

----- Além dos soldados enviados para combater na guerra, morreram milhares de combatentes de movimentos de libertação e civis indefesos. Era uma das maiores manchas que Portugal detinha no século XX. -----

----- No dito Estado Novo, havia muita fome, analfabetismo e valores de mortalidade infantil elevadíssimos. Era aliás fácil de constatar, consultando os dados estatísticos, e comprovar a melhoria de todos esses indicadores num curtíssimo espaço de tempo após a revolução de Abril. -----

----- Naturalmente, votariam contra a moção do Chega. Nas outras moções votariam favoravelmente. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, sendo um movimento revolucionário, estava tentado a ser um pouco revolucionário na votação e que seria votar o denominador comum. -----

----- Todos falaram, estava escrito, estava gravado, haveria de ficar em ata e gostaria de pôr apenas à votação a saudação ao dia 25 de Abril, ao movimento democrático, à libertação e ao 1º de Maio, ao Dia dos Trabalhadores e à igualdade. Aí teriam uma unanimidade que ficaria bem para saudar o 25 de Abril e o 1º de Maio. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, disse que não havendo consenso na Assembleia, iriam votar moção a moção. -----

----- Submeteu à votação a **Saudação “25 de Abril e 1º de Maio”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, CDU e BE), 1 voto contra (Chega) e 2 abstenções (IL e MMA)-----

----- Submeteu à votação a **Moção “Viva o 25 de Abril”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS, CDU e BE), 1 voto contra (Chega) e 9 abstenções (PSD, CDS-PP, IL e MMA)-----

----- Submeteu à votação a **Saudação “Ao 1º de Maio”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS, CDU e BE) e 10 abstenções (PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega)-----

----- Submeteu à votação o **Voto de Saudação “Pelo 49º Aniversário do 25 de Abril de 1974 e pelo restabelecimento da Democracia Portuguesa”**, apresentado pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 15 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, IL e Chega), 3 votos contra (CDU e BE) e 1 abstenção (MMA)-----

----- Submeteu à votação o **Voto de Saudação “Dia inicial inteiro e limpo”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16

votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, CDU e BE), 1 voto contra (Chega) e 2 abstenções (IL e MMA) -----

----- Submeteu à votação a Moção “**Intervenção política sobre o 25 de Abril**”, apresentado pelo Chega, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 9 votos contra (PS, CDU e BE), 1 voto a favor (Chega) e 9 abstenções (PSD, CDS-PP, IL e MMA) -----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que havia um esclarecimento que o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia lhe podia dar: se um Vogal efetivo podia ser substituído numa comissão, não sendo esse substituto membro suplente da comissão. Era uma dúvida que tinha. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** explicou que no seu entender, sim, dentro de um espírito prático. Era verdade que não foi eleito efetivamente como suplente, mas faltando alguém, tinha sempre direito a ser substituído, e substituição por substituição chegava à comissão, para não provocar a ausência de um partido, em que por alguma razão não podia o efetivo estar presente. Como viram aquando da eleição autárquica, apenas quatro partidos ou coligações eleitorais tiveram possibilidade de eleger um suplente, porque os outros só tinham um elemento eleito e não tinham a possibilidade de ter suplente. -----

----- Se houvesse alguma oposição a este procedimento, a primeira decisão seria tomada pela Mesa da Comissão. Tinham esse poder e tomariam a decisão, se houvesse alguma oposição, iria à Assembleia para decisão final. Era apenas um parecer seu e não mais do que isso. -----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Nuno Lopes para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o “Mudar Alvalade” tinha apresentado duas moções e uma delas era um pedido de recomendação e esclarecimento referente à Freguesia. -----

----- Percebia que tinha decorrido já o tempo do PAOD, mas recordava que o tempo do público não foi esgotado. -----

----- Se recomendações ou esclarecimentos referentes aos problemas da Freguesia não eram importantes, então o que era importante ali? -----

----- Continuava a dizer que no MMA, a posição de voto era sempre de abstenção. Respeitavam o 25 de Abril e o 25 de Novembro, mas estavam ali para defender os interesses da Freguesia. Se não podia falar sobre uma moção que era referente a dúvidas e questões da Freguesia, então não sabia o que estava ali a fazer. -----

----- Gostava que o Senhor Presidente da Assembleia refletisse e reconsiderasse, e deixasse o MMA apresentar a recomendação. Achava que tinham esse direito e o importante era a Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que o Membro Nuno Lopes estava a andar um pouco à frente, porque ainda nem tinha dito nada sobre essa matéria, embora tivesse presumido a resposta e tinha presumido bem. Esgotou-se o tempo, aliás excederam o tempo, ainda tentara que não se lessem as moções integralmente, algumas eram bastante grandes. -----

----- Compreendia o que se queria dizer, mas na verdade não eram sobre o funcionamento da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia e as outras eram. Esses eram gerais sobre toda a Freguesia. Não ficava só a do MMA, ficava essa e a do BE por apreciar e votar. Ficavam agendadas desde já para a próxima sessão de junho. --

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Afonso Moreira, para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que de facto havia uma necessidade de gestão do tempo, em que o que fosse apresentado fosse votado. Percebia que essa gestão não era fácil e o que iria propor era que elas fossem votadas, pelo menos, porque certamente isso não ocupava muito tempo. Todos os Membros da Assembleia tiveram acesso a essas moções e sugeria, na lógica de quem apresentava e fazia esse trabalho de modo atempado, não fosse prejudicado depois nas votações. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que não podia fazer isso, estaria a violar a Lei. Não valia a pena continuar com esse percurso. -----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira, para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que havia o tema da hora e da gestão do tempo, estavam disponíveis para falar e encontrar soluções para isso. A do MMA não entendera que era para ser votada, que seria só para ser entregue, mas valia como a do BE, deviam fazer uma gestão do tempo para que elas fossem votadas, porque podia ficar de fora algum assunto que a força política considerasse ser pertinente. -----

----- Isso podia ser feito de várias maneiras e estavam disponíveis para falar sobre o assunto, mas não era correto adiar votações e propostas para daí a meses. Não aceitava essa solução. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tentara fazer uma gestão do tempo, agrupando em lotes. Não tivera muita colaboração da Assembleia, mas a Assembleia era soberana. Não podia ser mais soberana do que a Lei e por isso dava por encerrado o período antes da ordem do dia, entrando no. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **Ponto 1 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 58/2023, relativa aos documentos de prestação de contas do ano 2022;** -----

----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 59/2023, relativa ao inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais da Freguesia e respetiva avaliação;** -----

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 60/2023, relativa à 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2023;** -----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Afonso Moreira, para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que o tempo que dispenderam a discutir o assunto já poderia ter sido utilizado para as votações, além de que verdadeiramente não compreendia essa ação. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que não sabia o que o Membro Afonso Moreira não entendia, a votação seria nula. -----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Afonso Moreira, para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que então as outras votações que foram feitas fora do período também seriam nulas, se iam ser puristas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que não ia fazer isso. -----

----- Sabiam muito bem quantas moções tinham para discutir e sabiam que pela Lei eram sessenta minutos. Parou-se o relógio num determinado momento, mas não era uma solução eterna. -----

----- Entrando nos primeiros pontos da Ordem do Dia, perguntou ao Senhor Presidente da Junta se queria apresentar as propostas. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que estava nos termos da Lei apresentada a proposta de relatório e contas, com as conclusões e o parecer do ROC e que parecia evidente. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que, como costumavam fazer todos os anos, seriam apresentados os pontos 1, 2 e 3 já de seguida, independentemente da votação ser separada. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Tesoureiro. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que sobre as Contas de 2022 devia realçar os seguintes aspetos:-----

----- Ponto 1, cumprido o princípio do equilíbrio orçamental; -----

----- Ponto 2, existia um montante significativo de receita não executada, nomeadamente no que às auxiliares de educação adicionais dizia respeito e que a Junta assumiu a responsabilidade, estando a encetar os contactos junto da Câmara Municipal para obter essa quantia que estava a ser suportada pela Junta, sensivelmente na ordem dos 25 mil euros; -----

----- Ponto 3, relativamente às receitas próprias havia também um desvio na ordem dos 50 mil euros, ponto em que estavam a tomar medidas para melhorar, nomeadamente ao nível dos recursos humanos, para a execução dessa tarefa. Estavam a falar de valores ligados à ocupação da via pública e ao mercado; -----

----- Ponto 4, os gastos com o pessoal ficaram dentro dos valores constantes a outros exercícios anteriores, com um peso na ordem dos 42% do Orçamento global da Junta de Freguesia de Alvalade; -----

----- Ponto 5, reduziu-se o resultado face ao ano anterior. Relembrou que em 2021 se registou um resultado líquido negativo na ordem de 480 mil euros e em 2022 era de 386 mil euros; -----

----- Ponto 6, reduziu-se o valor dos compromissos por liquidar, reduziu-se também a dívida de fornecedores, o que podiam verificar na página 28 do relatório do ROC, cerca de 90 mil euros em 31 de dezembro; -----

----- Ponto 7, cerca de 402 mil euros que receberam da CML não foram atribuídos ao ano de 2022, que ali estavam a avaliar, mas sim ao ano de 2021; -----

----- Ponto 8, a Junta de Freguesia de Alvalade evidenciava o seu bom estado financeiro através de diversos rácios que se podiam comprovar através do relatório do ROC, nomeadamente o rácio de liquidez geral, evidenciando que o ativo corrente cobria em 4,27 vezes o passivo corrente, um valor que era extremamente razoável. O rácio de solvabilidade refletia uma melhoria da capacidade da Junta para cumprir com os seus compromissos de médio e longo prazo. O rácio de autonomia financeira, que não obteve oscilação face a 31 de dezembro de 2021, e que continuava assim a mostrar uma forte capacidade de financiamento dos ativos, com recurso ao património líquido da Junta. O rácio de endividamento, cujos resultados evidenciados permitiam concluir que a Junta não precisava de recorrer a financiamento externo para financiar a sua atividade; -----

----- Ponto 9, demonstração de resultados, que podiam acompanhar na página 32 do relatório do ROC, as receitas relacionadas com impostos e taxas cresceram na ordem dos 39 mil euros. Em prestações de serviços, as receitas cresceram na ordem dos 53 mil euros. Transferências e subsídios concedidos, um valor de menos 80 mil euros. O registo positivo nas prestações de serviço, referia-se ao aluguer do campo de jogos da Estados Unidos da América, do pavilhão municipal, do quiosque dos Coruchéus. Tinham ainda de ter em conta cerca de 20 mil euros relacionados com o seguro de acidentes de trabalho referente aos trabalhadores da Junta de Freguesia de Alvalade, que ainda teriam de ser ressarcidos do mesmo; -----

----- Ponto 10, colocava-se a questão, onde realizaram a despesa, onde gastaram, como contribuíam assim para o resultado líquido obtido. Foi essencialmente no trabalho que tinham vindo a efetuar em conservações gerais, espaço público mais equipamentos, as empreitadas que se referiam a esses trabalhos de conservação geral, aquisição de serviços, que incluíam essas mesmas conservações, as iniciativas e os eventos promovidos pela Junta. Recursos humanos, aumento no montante de 25 mil euros, logo com um menor impacto. As transferências correntes, também aí não evidenciavam um aumento.-----

----- Posto isso entravam no tema do saldo de gerência. Dava nota que o saldo de gerência orçamental resultava da diferença das importâncias arrecadadas e os pagamentos que ocorriam no decurso do exercício económico e estavam a falar do ano de 2022. Esse montante encontrava-se refletido no mapa de fluxos de caixa, documento que refletia a execução orçamental, o saldo inicial acrescido das importâncias arrecadadas, menos os pagamentos ocorridos. Nesse caso, o valor era de 1.129.212,52 euros, como podiam verificar no documento que foi distribuído.-----

----- Na prática, a revisão do Orçamento resultava da integração do saldo de gerência no Orçamento de 2023, tendo sido reforçadas as diversas rubricas. Foram 600.706,70 euros na rubrica 02.225.99, na administração autárquica; cerca de 70 mil euros relativos ao projeto de iluminação do complexo desportivo municipal São João de Brito, cujo cabimento e compromisso estavam à espera que a Assembleia terminasse para poder ser cabimentado e feito o compromisso; 458.505,82 euros, valor que estava expresso na página 12 do ponto 6.3, em compromissos por pagar, do relatório do ROC, referentes a 2022 e que transitaram para 2023.-----

----- Esperava ter ajudado todos a compreender melhor o que estavam a discutir e a votar.-----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Nuno Lopes.-----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o MMA tinha de apresentar algumas declarações relativamente às transferências correntes dos subsídios, nomeadamente no que respeitava à Abundat Quotidian, que não era uma entidade da Freguesia e a quem foi atribuído um subsídio de 65 mil euros. O que sempre punha em causa, era qual a dinâmica que essa entidade trazia para a Freguesia.-----

----- Tivera a curiosidade de passar lá novamente, e da estufa vertical via-se que apenas uma das parcelas estava ocupada, com meia dúzia de alfaces. Não via qual era o custo/benefício que trazia para a Freguesia no investimento a essa entidade, que tinha sede na Rua da Madalena e já vinha do anterior Executivo, mas que o atual estava a dar continuidade.-----

----- Não se queria alongar sobre situações que iriam ver na próxima Assembleia, mas era grave o que puderam reparar, a Abundant Quotidian não cumpria com os requisitos e tinha recebido dinheiro da Junta de Freguesia. Haveria um relatório sobre essas situações. Não apresentava relatório de contas, não apresentava plano de atividades, ficha de avaliação, declarações de não dívida, relatório de execução sem despesas, etc. Isto não era bom.-----

----- Dar continuidade a este projeto, sim, já que foi feito um investimento, mas era necessário envolver as escolas públicas da Freguesia, dar outra dinâmica a este projeto. Caso contrário, as alfaces saíam mais caras do que no Mercado de Alvalade. 65 mil euros ao longo desses dois anos, praticamente não via resultados.-----

----- A MUSSOC era outra das associações que também não compreendia muito bem qual o seu funcionamento e dinâmica. Tinha lido os relatórios da Junta de Freguesia, dizendo que envolviam nove crianças, que tinham uma dúzia delas nas férias

desportivas e que ao longo dos últimos seis anos, foi-lhe entregue perto de 180 mil euros. Perguntava, se esse dinheiro não poderia ter ido para instituições, tipo o Centro Social e Paroquial do Campo Grande, ou do São João de Brito, que com certeza também conseguiam fazer o mesmo tipo de trabalho que eles estavam a desenvolver. Vendo *per capita* e pelo número que a Junta de Freguesia apresentava, havia quase um investimento médio de 3.500 euros, por criança, por ano. -----

----- No que dizia respeito à atribuição dos subsídios, discordava completamente do modelo. Já o tinha dito, era um modelo que não servia. Não era um modelo que servisse para todas as entidades, porque não podiam misturar entidades desportivas, com coletividades sociais ou culturais. O modelo não servia, não era explicativo e ficavam sempre a pensar o que eram os 35 parâmetros de avaliação, que era sempre muito subjetivo. -----

----- Qual a qualidade e interesse do projeto ou atividade, isso necessitava de ser reavaliado pelo técnico A, relativamente à entidade B, e vice-versa. De facto, não havia explicação para a discrepância que se notava na atribuição dos subsídios, e discordava completamente com esse modelo. -----

----- Já tentara explicar, dava o exemplo do modelo da CML, que não concordava a 100%, mas era claro, transparente, estava muito bem feito. A Junta de Freguesia já devia ter anulado o seu regulamento e ainda ia a tempo de o fazer neste ano. -----

----- O que dava a entender era, que se queriam dar muito a uma entidade, davam, se quisessem dar pouco, tinham mil e uma justificações para o fazer. Do que tinham estado a observar dos relatórios, havia mil e uma maneiras de alterar isso. O modelo não era transparente. -----

----- Não dizia que tudo fosse mal aplicado, dizia que se calhar havia entidades que mereciam mais e estavam a receber menos, mas não podiam misturar “alhos com bugalhos” e ali cabia tudo, as entidades desportivas, coletividades sociais, culturais. Não podiam avaliar todos da mesma maneira, tinha de haver um modelo mais transparente. -

----- A MUSSOC, a si, não convencia, também tinha muitas irregularidades e continuava a receber subsídios, o que era grave. Gostava de dar um exemplo, a MUSSOC, das verbas que recebia, chegava a 75%, e em média eram 60% para remunerações aos órgãos sociais. A Junta de Freguesia também tinha de ver isso, não estava correto. -----

----- Tinha analisado todos os documentos, pagamentos a técnicos, por aí fora, mas tinham um exemplo muito simples: 2019, 2018, 2017, em 45.483 euros, foram para os órgãos sociais 34.639 euros. -----

----- Remunerações a pessoal, 2.250 e depois encargos sobre remunerações 7.275. Pedia desculpa, mas havia aí qualquer coisa que não entendia. -----

----- Não se ia alongar mais, o “Mudar Alvalade” não se revia neste modelo e iria votar contra. -----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Vaz. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** começou por dar os parabéns a uma das rubricas, em que a Junta conseguiu reduzir 60 mil euros em gastos de água. O que era bom também devia ser dito. -----

----- Relativamente às transferências correntes, havia algumas que estava em desacordo face ao volume de 245 mil euros. Havia três instituições que, na sua opinião, deveriam ter verbas reforçadas: a REFOOD, que levou mil euros, a Comunidade Vida e Paz, que levou mil euros, o Centro Paroquial de São João de Brito, que levou 279 euros. -----

----- Face às situações de pobreza que eram evidentes, e que essas instituições tinham apoiado, desde os sem-abrigo, a gente com muita necessidade, essas verbas eram diminutas face ao volume total. -----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que sobre a prestação de contas de 2022 e tendo em conta o parecer técnico do revisor de contas, iriam aprovar, o que era diferente de concordar com a política aplicada pelo Executivo. Não concordava com muito do que foi feito e a forma como foi feito. Apresentariam uma declaração de voto no final, mas as contas, ou estavam certas ou estavam erradas, e não sendo apresentada nenhuma reserva pelo ROC, a tendência seria aprovar. -----

----- Quanto ao inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais da Freguesia e respetiva avaliação, não parecia ter sido executado o inventário físico e, como tal, não foi elaborado o relatório de inventariação. O último inventário foi realizado no ano de 2020, apresentado na conta de 2021, habitualmente era feito de dois em dois anos. Em 2022, era ano de se fazer e não foi feito, pelo que os documentos apresentados refletiam apenas a movimentação contabilística dos ativos que foram amortizados e daqueles que foram adquiridos. Por esse motivo o PS iria votar pela abstenção. -----

----- Quanto ao ponto 3, esse sim um instrumento de política e que estavam em tempo de ter alguma ação, o Senhor Tesoureiro referiu que foi apurado um saldo de gerência de 1.129.212,52 euros e em grande medida era resultante do saldo de gerência de 2021, de 782.964 euros, acrescido das receitas de 402.000 euros, de transferências da CML, referentes ao exercício de 2021, e que foram pagas em 2022. -----

----- Ainda assim, se somassem 782.900 mais 402, essa soma era inferior em 56 mil euros ao saldo de gerência apurado, o que queria dizer que foi gasto um valor superior ao nível de receitas que habitualmente eram recebidas, porque os 402 mil euros não eram habitualmente recebidos. -----

----- Do balanço de 2022, verificava-se que o saldo de fornecedores, credores e adiantamentos, era no montante de 241 mil euros, um volume de despesas habitual que transitava do ano económico. Era natural ocorrer, o *cut off* a 31 de dezembro era uma questão administrativa e os fluxos existiam, era natural que não se pagasse tudo, a cada momento. -----

----- Da proposta de alteração modificativa do Orçamento de 2023, constatava-se um gasto do saldo de gerência, que era uma reserva efetiva e que permitia uma saúde financeira da Junta de Freguesia de Alvalade e, a ser gasto, devia ser em investimentos. -----

----- Eram inscritos 505 em despesas, notando que seria aceitável a inscrição do montante de 241.049,07 euros, que era idêntico às dívidas a fornecedores que transitavam, acrescidos dos tais 70 mil euros que estavam numa rubrica de PDC projetos especiais, que intuía que fosse a execução da iluminação do complexo desportivo municipal São João de Brito, que estava em aberto do CDC adicional do mandato anterior. Uma vez que a Junta já estava de posse do montante, teria de executá-lo e, portanto, a inscrição era correta. -----

----- Ainda assim, subsistiam 217 mil euros de despesas correntes que eram financiadas com reservas da Junta de Freguesia. -----

----- Desse modo e para garantir que a Junta de Freguesia tinha um nível de despesa corrente idêntica à sua despesa corrente, iriam votar contra a alteração modificativa do Orçamento. -----

----- Estavam disponíveis para que numa próxima Assembleia de Freguesia pudesse ser apresentada uma outra proposta de alteração, em que se garantisse que as despesas correntes da Freguesia seriam iguais à sua receita corrente. -----

----- Resumindo, votariam a favor das contas, abstenção no inventário e contra na alteração modificativa do Orçamento. Apresentariam sobre o ponto 1 uma declaração de voto no final.-----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Ana Pelicano.-----

----- **Membro Ana Pelicano (PSD)** disse que ao PSD aprazia saber que a situação financeira da Junta estava saudável e que não necessitava de recorrer a financiamento externo para o exercício da sua atividade, como citava a ROC no relatório. ROC essa, que lhe parecia imparcial, uma vez que transitava do mandato anterior.-----

----- Destacava palavras da ROC sobre a solvabilidade da Junta, que refletia uma melhoria da capacidade de cumprir com os seus compromissos a médio e longo prazo.-----

----- Salientavam com satisfação a redução de dívida a fornecedores, redução das despesas fixas com entidades exteriores, por negociação de contratos, assim como o aumento da cobrança das dívidas à Junta.-----

----- Tal como o Chega, saudavam também a redução dos custos de água, inclusive propondo que no próximo verão se pusesse em prática a mesma medida, não só pelos custos económicos, mas também pela sustentabilidade da água, que era um recurso escasso.-----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira.-----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que nos documentos que foram enviados faltava o relatório de atividades da Junta, do ano 2022. Não era suficiente apenas entregar a informação contabilística, porque a Junta tinha de prestar contas da sua atividade à Assembleia, a quem competia a sua fiscalização.-----

----- Não estavam apenas a aprovar contas, não era um ponto meramente técnico, ou não estariam ali. As contas entregues, traduziam uma execução diferente do Orçamento, o que acontecia sempre, mas essa execução diferente, mostrava as opções políticas do Executivo e era isso que estavam ali a avaliar.-----

----- A maioria das contratações foi feita com recurso à modalidade de ajuste direto, em vez do concurso público, o que era de criticar.-----

----- Apesar das contas apresentarem um défice, não se via obra que o justificasse, nem houve grandes investimentos, e por isso as contas da Freguesia estavam com menos dinheiro do que tinham no início, com um saldo negativo do exercício, sem terem benefícios que justificassem esse facto e, nomeadamente, grandes investimentos.-----

----- Foi falado em despesas de conservação, que não eram investimentos.-----

----- Sobre o inventário, também gostava de perguntar como era com o inventário físico, e sobre o ponto 3, alteração do Orçamento, era de facto uma revisão.-----

----- Quanto às rubricas que se propunham reforçar, havia uma muito significativa, de 600 mil euros, na aquisição de serviços na área da administração. Perguntou que serviços eram esses.-----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Afonso Moreira.-----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que o documento de prestação de contas vinha num formato que dificultava muito a pesquisa relativamente a formatos anteriores. O formato de digitalização não permitia a pesquisa por palavras, que um documento pdf permitiria. Estariam na posse desse documento e, portanto, lamentava a decisão de partilharem o documento neste formato e apelava para posteriormente ser fornecido em pdf.-----

----- Assinalava a sua perplexidade relativamente à execução de 21% do Fundo de Emergência Social, quando as famílias estavam em crise, como bem sabiam. Deixava

claro que observaram e iriam votar contra esta documentação, por não se identificarem com a mesma.-----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que na questão dos apoios sociais, se não houvesse pedidos, não haveria execução. Não andavam atrás das pessoas a perguntar se queriam dinheiro. Tinham as assistentes sociais, as associações todas a funcionar, eram eles que apresentavam os pedidos e havia um regulamento e uma Lei que se aplicavam.

----- Os pedidos apresentados foram 100% satisfeitos, não podiam pagar se não houvesse nada para pagar, seria só para terem uma execução maior? Era preciso perceber do que estavam a falar, eram números e contas ao abrigo de Leis, não eram feitos de uma forma discricionária na atribuição de apoios. Seria ótimo que a execução fosse 0%, era um ótimo sinal de que ninguém precisava, mas infelizmente não era. -----

----- Quanto às questões levantadas pelo Membro Nuno Lopes, nalgumas estaria de acordo necessariamente, só que também era preciso ter em atenção do que estavam a falar. Por exemplo, na questão da horta vertical, era um projeto que vinha do mandato anterior, e não estava a dizer se mal ou bem, havia compromissos assumidos no âmbito do programa BIP-ZIP, e os pagamentos que estavam a ser efetuados tinham a ver com esses compromissos já assumidos. A Junta não podia entrar em incumprimento nessa matéria, e tinham previstas ações em que de facto deviam estar as escolas, deviam estar várias iniciativas incluídas. -----

----- Podia ser melhor, com certeza, mas as instituições públicas, mesmo do ponto de vista político, não podiam fazer tábua rasa dos compromissos assumidos, ou seria complicado estar a gerir as expectativas legítimas das pessoas que foram apoiadas. Admitia que devessem ser mais exigentes, em que esses projetos tivessem mais benefício para a comunidade, mas estavam a falar de uma matéria que, na altura que foi decidida, era inovadora, ia ao encontro de preocupações de sustentabilidade ambiental, etc. Tudo isso eram fatores muito difíceis de mensurar. -----

----- Não estava a defender, nem a criticar, estava a dizer que tinham de atender a todos esses fatores. Se calhar, podia ser melhor, mas não ia criticar só por ser do mandato anterior. Havia compromissos assumidos e a Junta não via razões do ponto de vista legal para não cumprir, era muito difícil, a meio do percurso, mudar as regras do jogo, mas admitia que para o futuro tivessem de ter maior atenção e exigência nesse tipo de projetos.-----

----- Quanto à MUSSOC, também era num contexto de uma parte da sociedade de Alvalade com algumas dificuldades económicas, e tinha de ser visto também com esse olhar. De qualquer forma, conscientes da boa utilização dos dinheiros públicos, foi bastante reduzido neste ano. Era o projeto Selfie.-----

----- Teriam que pensar numa alternativa ou num projeto complementar, e até estavam a trabalhar com as Irmãs Teresianas para ver quais eram as necessidades daquela comunidade e que pudessem ser mais bem satisfeitas com essa associação, mas não podiam criar um vazio de repente. Às vezes, objetivamente, parecia fazer sentido, mas estavam ali pessoas, e muitas vezes não tinham culpa da má gestão dos projetos sociais.

----- Não iria fazer mais juízos de valor, estavam atentos e entendiam que as críticas tinham alguma razão de ser, mas as condicionantes eram essas, não podiam atuar de uma forma muito impulsiva nessas matérias. -----

----- Quanto ao RAFA, não estaria mais de acordo. Estavam a trabalhar na sua reformulação, implicava ouvir muitas entidades, nomeadamente, depois a Assembleia de Freguesia, e se calhar numa situação prévia, se o Executivo entendesse que era oportuno, enviar para discussão antes de ser aprovado, para recolher as opiniões de

todos. A maioria no regulamento, eram apoios que tinham uma certa continuidade, vinham do passado e tinham de ser repensados.-----

----- Quanto aos apoios diminutos da REFOOD ou da Comunidade Vida e Paz, era porque foram pedidos concretos para aqueles apoios pontuais. Se pediam mil euros, não podiam dar dois mil, não fazia sentido. Ainda por cima, essas instituições geralmente tinham outros apoios, nomeadamente da Misericórdia ou da Segurança Social. Portanto, quando pediam apoio à Junta era para questões muito pontuais e para projetos muito específicos, não eram regulares e permanentes, e por vezes eram pequenas importâncias e até não financeiras, autocarros e outras coisas.-----

----- Sobre o Centro Paroquial São João de Brito, devia ter sido um projeto concreto muito pequeno, porque tinham uma relação permanente com eles e com valores muito maiores de apoios financeiros. Aliás, podiam ver quando fosse a informação escrita, estavam a desenvolver projetos com eles de muito maior envergadura e que não estavam aí refletidos ainda.-----

----- Tendo pedido, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Tesoureiro. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que a maior parte das questões foram esclarecidas pelo Senhor Presidente.-----

----- Sentira algumas observações, nomeadamente por parte do MMA, que não estavam diretamente ligadas àquilo que era o relatório e contas de 2022 do ROC e a alteração modificativa. Seguiu aquilo que foi seguido pelo Presidente sobre esse tema e queria ver se era possível uma coisa não penalizar a outra, tratando-se de coisas diferentes.-----

----- Em relação à questão do inventário e à não obrigatoriedade do mesmo, não estavam a cumprir em nenhum ponto. Sabia existir uma vontade de fazer o inventário com alguma regularidade, não foi feito em 2022 efetivamente. Teriam oportunidade em breve de o agendar e de começar a trabalhar.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 58/2023, relativa aos documentos de prestação de contas do ano 2022**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 15 votos a favor (PSD, CDS-PP, PS, IL e Chega) e 4 votos contra (CDU, BE e MMA) -----

----- Submeteu à votação a **Proposta nº 59/2023, relativa ao inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais da Freguesia**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PSD, CDS-PP, CDU, IL, MMA e Chega), 1 voto contra (BE) e 6 abstenções (PS)-----

----- Submeteu à votação a **Proposta nº 60/2023, relativa à 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega) e 9 votos contra (PS, CDU e BE) -----

----- Submeteu de seguida à votação a **Ata em minuta referente às deliberações tomadas na presente reunião**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar as mesmas por unanimidade**.-----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram vinte e três horas e cinquenta minutos.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1°.SECRETÁRIO_____2°.SECRETÁRIO_____

-----O PRESIDENTE-----